

Discurso e resistência: a construção da questão do neoliberalismo pelo Movimento dos Atingidos por Barragens
André Dumans Guedes*

Introdução

Nos dias de hoje, um certo conjunto de idéias, formulações e valores se destaca não apenas pela contundência e virulência de seus defensores como também – e especialmente – pelo seu poder de “contaminação”, sua capacidade de se fazer presente nos mais diversos meios de comunicação, penetrando sorrateiramente em diferentes âmbitos da vida social. Poderíamos dizer que esse conjunto de idéias se caracteriza, essencialmente, por um fatalismo que prega como inevitável a submissão à lógica utilitária das relações de mercado, esse último entendido como a instituição que, no mais alto grau e por excelência, deve reger e orientar as relações sociais.

Ao contrário do que sugerem essas idéias, um conjunto considerável de atores sociais acredita que a inevitabilidade desse “caminho único” é, na realidade, apenas parte de uma estratégia no interior de um campo específico de embates, campo “ideológico” ou “discursivo”. Esse campo de embates deve ser situado a partir da consideração de um confronto político mais amplo, onde as lutas continuam acontecendo, sem vencedores e vencidos de uma vez por todas definidos.

Esse trabalho busca considerar alguns aspectos referentes a esse campo específico de embates e, conseqüentemente, a esse confronto político mais amplo. Compartilhamos do ponto de vista daquele conjunto de atores sociais, e acreditamos que o campo em que se processa essa luta – luta simbólica, luta pela capacidade de imposição das representações legítimas do mundo social (Bourdieu 1998a) – é onde se processa uma das mais encarniçadas e decisivas batalhas de uma guerra que diz respeito, no limite, ao destino da humanidade. Podemos falar então, no que diz respeito a uma das posições definidas no interior desse campo, em um *discurso do neoliberalismo*. E se reconhecemos, por outro lado, a inexorabilidade do confronto e da luta, e não do consenso, temos que tentar identificar a contrapartida desse discurso do neoliberalismo, ou seja, um discurso de resistência a ele.

Melhor seria se disséssemos *discursos de resistência* – a ênfase no plural é de fundamental importância aqui. Porque as visões e projetos alternativos, os vocabulários e “dizeres” que constituem e tornam possíveis essas visões e projetos, não são construídos

da mesma forma e a partir das mesmas experiências, mas se enraízam, frequentemente, em contextos e situações bastante particulares. É preciso destacar, porém, que a história recente tem mostrado que esses discursos “locais” em nada possuem de ensimesmados. De fato, fundam-se, com frequência, a partir de lutas e questões específicas, mas desde o princípio carregam em seu interior as marcas da alteridade, e buscam se articular, como parte de uma complexa estratégia política, a outros discursos. Esses discursos se encontram *em diálogo* – e talvez seja essa a maior fonte de força do que poderíamos chamar de *rede de discursos de resistência ao neoliberalismo*.

É no contexto dessas questões que se desenvolve o presente trabalho. Trabalhamos aqui com um movimento – o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – que vem, há quase duas décadas, lutando pelos direitos daquelas populações que são ameaçadas e expropriadas pela construção de lagos artificiais oriundos de barragens construídas para a produção de energia elétrica. Os objetivos desse movimento, que poderiam parecer, à primeira vista, restritos à luta por indenizações justas ou pelo direito de permanecer nas propriedades, se revelam, na prática, muito mais amplos. Pretendemos mostrar aqui como esses objetivos são construídos no interior do discurso desse movimento, dando especial destaque à importância que assume, para o MAB, a luta contra o neoliberalismo. Tentamos ainda, de forma muito esquemática, indicar algumas questões relativas à articulação do MAB com outros movimentos (em especial, a Via Campesina e a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), duas “organizações de movimentos” das quais o MAB faz parte), com o objetivo de destacar a importância da consideração do *diálogo* (nos termos a que nos referimos acima) nos estudos que pretendem dar conta da formação de uma resistência *articulada* ao neoliberalismo.

Inicialmente, apresentamos uma pequena história desse movimento e das lutas contra as barragens no Brasil. Em segundo lugar, buscamos apontar alguns aspectos relativos ao neoliberalismo e ao discurso neoliberal conforme são tratados na literatura especializada, e que nos parecem pertinentes para a contextualização da análise que se realizará mais adiante. No terceiro lugar, são apresentados, muito brevemente, alguns dos princípios e pressupostos teóricos que nortearam a leitura do material empírico. Em seguida, os traços gerais dessa leitura são apresentados no que diz respeito à forma como é construída, no interior do discurso do MAB, a questão do neoliberalismo. Por fim, apresentamos alguns esquemas que buscam contrapor as formas através das quais se delineiam, nos discursos do MAB, da CLOC e da Via Campesina, as representações referentes ao confronto políticos na luta contra o neoliberalismo. Na conclusão, destacamos os aspectos da análise que nos pareceram mais relevantes e tentamos indicar alguns possíveis desdobramentos – que podem dizer respeito a futuras investigações – relativos às questões trabalhadas aqui.

O Movimento dos Atingidos por Barragens

Por muito tempo sustentou-se o mito de que o aproveitamento hidroelétrico dos rios permitia uma forma de produção de energia “limpa e barata”. Estima-se que já foram construídas mais de 800.000 barragens no planeta, sendo que dessas pelo menos 45.000 podem ser consideradas grandes barragens (Vieira, 2001). No que diz respeito à degradação ambiental, os inúmeros e gravíssimos impactos decorrentes da construção de barragens são mais do que suficientes para indicar o que realmente se esconde por detrás

dessa falácia. Como se isso não bastasse, um outro dado, pouco divulgado, aponta um outro efeito nefasto desses empreendimentos: o número de pessoas que foram obrigadas a abandonar suas moradias para dar lugar aos grandes lagos resultantes das águas barradas é estimado em torno de 40 milhões de pessoas ao longo do século XX. O Brasil ocupa lugar privilegiado nesse cenário: cerca de 1 milhão de pessoas foram atingidas diretamente pela construção de barragens, 34 mil km² de terra foram alagadas e o país pode se “orgulhar”, além do mais, de possuir os maiores lagos artificiais do mundo (Sobradinho, com 4.214 km²; Tucuruí, com 2.430 km²; Balbina, com 2.360 km²; Serra da Mesa, com 1.784 km² e Itaipu, com 1.350 km²) (MAB s/d, p.16).

É nos anos 60, com um levantamento do potencial hidrelétrico brasileiro levado a cabo pelo consórcio canadense Canambra, apoiado pelo Banco Mundial, que se dá início ao período de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos no país (MAB s/d, p.8). A crise do petróleo na década de 70 atua como um estímulo adicional para essa política. Os países do primeiro mundo, que a partir de então vão progressivamente pondo fim à sua produção de alumínio primário, se dispõe então a investir no “Sul”, onde vão encontrar disponíveis energia barata e subsidiada ao mesmo tempo em que afastam de seu território atividades produtivas “sujas”. O contexto político em que se dá a consolidação e aceleração do modelo de desenvolvimento que tem um de seus pilares justamente na produção de energia elétrica a partir de grandes barragens não pode ser deixado em segundo plano. O projeto “Brasil Grande Potência” idealizado pelos militares nos anos 70 propunha e impunha uma visão do território nacional entendido como *somatório de recursos mais ou menos disponíveis*, conjunto de riquezas a serem apropriadas, e o Estado, agente histórico da realização do destino de grandeza da nação, propulsor das forças “desenvolvimentistas”, intervém na produção e reprodução do espaço visando simultaneamente prover as condições gerais para a acumulação capitalista e “estender a nação à totalidade do território” (Araújo 1991, p.221).

A literatura especializada costuma destacar três áreas como especialmente afetadas pela construção de barragens durante esse período: a região de Sobradinho, na Bahia, no vale do Rio São Francisco; o Norte do país, na área afetada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí na bacia do Araguaia-Tocantins; finalmente, a região Sul, nas áreas afetadas pela construção da Usina de Itaipu no Rio Paraná e pelas Usinas de Itá e Machadinho na Bacia do Rio Uruguai.

As resistências desencadeadas nessas três áreas são também usualmente apresentadas como momentos decisivos da história dos atingidos por barragens, e em virtude disso fazem-se necessários alguns comentários a esse respeito. Em primeiro lugar, parece-nos prudente um certo cuidado com a utilização da categoria “atingido por barragem”. A um uso que naturaliza o termo, aplicando-o indistintamente para a designação de todo e qualquer indivíduo ou agrupamento humano cujas condições de vida sofram alguma deterioração em razão do advento de uma barragem, damos preferência a um outro que o reserva para a nomeação do sujeito político oriundo da resistência, mobilização e luta coletiva contra as barragens. “Atingido por barragem” é, assim, no contexto desse trabalho, uma categoria que se refere à identidade política e social intrinsecamente vinculada ao Movimento dos Atingidos por Barragens. Em segundo lugar, como lembra Vainer (2003), considerar a história do Movimento dos Atingidos por Barragens é uma tarefa mais complicada do que pode parecer à primeira vista. Num país com a extensão do Brasil, onde as barragens, de norte a sul, afetam de

forma diferenciada populações cujos tamanhos, culturas, histórias, níveis de vida, de organização e de desenvolvimento são os mais variados, os questionamentos desse autor parecem mais do que pertinentes:

“Até que ponto é pertinente tratar o(s) movimento(s) de atingidos de barragens como um único movimento? É possível falar-se de uma história, diante de processo marcado por uma infinidade de movimentos surgidos nas mais diversas bacias e vales, nas mais variadas conjunturas e em contextos econômicos, sociais e políticos tão diferentes? Não poderia a escolha da escala nacional obscurecer a multiplicidade de culturas e valores políticos que constituem, em última instância, uma das originalidades deste(s) movimento(s)? [...] Não se estaria reduzindo a uma única história e a um único conjunto de características movimentos cujas histórias e particularidades apontam antes para o diverso?” (Vainer 2003, pp. 187-8).

Nesse sentido, pretendemos apresentar uma brevíssima descrição do que ocorreu naquelas três situações acima destacadas, com o objetivo de mostrar alguns exemplos da forma em que se tem processado, na história recente do Brasil, a luta contra as barragens.

Consideremos inicialmente o que aconteceu em Tucuruí. A construção da Usina Hidrelétrica nessa localidade tem início no ano de 1975, no rio Tocantins, tendo em vista a necessidade de se produzir energia para a exploração de reservas de bauxita e ferro por multinacionais estrangeiras (a ALBRAS e a ALCOA) (Magalhães 1998, p.112). Concluído o represamento do rio em 1984, aproximadamente 5000 famílias foram deslocadas. Em sua maioria, eram pequenos produtores com a subsistência vinculada à produção de produtos agrícolas, produção essa diretamente relacionada às variações no regime do rio, assim como a atividades extrativas. No processo de desapropriação de terras a Eletronorte¹ indenizou apenas aquelas famílias que possuíam títulos de propriedade. Tal procedimento implicava a exclusão de pelo menos 2/3 dos moradores da área (Magalhães 1988, p.114; Vieira 2002, p.68). Ausência de estudos sociológicos sobre a população afetada, desconhecimento das especificidades ambientais da área afetada, atraso no pagamento das indenizações, intransigência e ausência de diálogo com a população afetada, reassentamentos que não se adequavam às condições acordadas – explicitadas em detalhes por Magalhães (1988) – as arbitrariedades ocorridas em Tucuruí são incontáveis. Os depoimentos de moradores afetados corroboram esse quadro trágico:

“Lá em Tucuruí, embora houvesse uma tabela de valores para as indenizações, elaborada por técnicos da mais alta capacidade do estado do Pará, as 6.600 famílias foram obrigadas a assinarem em branco suas indenizações. Hoje é sabido que a diferença entre os valores da tabela e os valores recebidos é via de regra de 50%. É por essas e outras que a gente continua na luta” (citado em Vieira 2002, p. 68).

Em 1981, apoiado por sindicatos de trabalhadores rurais da região, surge o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí (Vainer 2003, pp. 197). Favorecido pela abertura política crescente do regime militar, em 1982, após uma manifestação em que mais de 400 camponeses acamparam no escritório da Eletronorte, o movimento consegue uma audiência com a empresa. O que se reivindica é, basicamente, o cumprimento de acordos anteriores. Um ano mais tarde, em 1983, novamente os camponeses, agora mais de 2000, acampam em frente ao Serviço de Patrimônio

Imobiliário da Eletronorte (Magalhães 1998, p. 118). Os desastres provocados por essa empresa prosseguem: parte dos deslocados são reassentados em território habitado por indígenas, provocando conflitos com esses últimos e a fuga dos primeiros; uma praga de mosquitos desconhecida na região – e muito provavelmente surgida da inundação e de desequilíbrios no ecossistema daí decorrentes – atinge a margem esquerda do reservatório; cerca de 600 famílias reassentadas têm suas novas propriedades inundadas por um erro de cálculo na demarcação das terras da Eletronorte (Vainer 2003, p. 197). Ainda no ano de 1989, a luta dos atingidos prosseguia. É nesse sentido que se compreende a formação, nesse ano, de outro movimento: CAHTU – Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. No dia 15 de abril de 2005, mais de 1000 manifestantes ocupam as instalações da usina de Tucuruí. Mais de 20 anos depois do término de sua construção, diversas famílias atingidas continuam sem receber indenizações (MAB 2005d)

No que diz respeito a Sobradinho, a barragem lá foi concebida inicialmente com os objetivos de melhorar a navegabilidade do Rio São Francisco e de oferecer condições para o funcionamento de projetos de irrigação. Suas obras têm início em 1973, e apenas no ano seguinte, em decorrência da crise do petróleo, decidiu-se pela construção de uma usina hidrelétrica. O gigantesco lago surgido em 1977, com área do espelho d'água de 4.214 km², provocou a expropriação de 26.000 propriedades e o deslocamento de aproximadamente 70.000 pessoas (Sigaud 1986, pp. 88-89), assim como a inundação das sedes de quatro municípios e de dezenas de pequenos povoados (Sigaud, Martins-Costa e Daou 1987, p. 214). Ao levarmos em consideração que o projeto dessa barragem se inicia no governo do general Ernesto Geisel, reconhecidamente um dos períodos mais autoritários da história do Brasil, não surpreendem as condições a que foram sujeitas a população das áreas afetadas. Para a população urbana, ainda houve a possibilidade de transferência para as novas sedes construídas; no que diz respeito à população rural, apenas no ano de 1975, após, portanto, o início das obras, lhe são oferecidas propostas: uma passagem para São Paulo ou o reassentamento na localidade de Serra do Ramalho (Vainer 2003, p.194). As condições de vida originais desses grupos camponeses, intrinsecamente ligadas ao rio, suas ilhas e férteis margens num sistema complexo e ancestral não foram, no entanto, de forma alguma consideradas. O reassentamento se localizava a mais de 700 quilômetros das margens do rio, na árida caatinga.

De acordo com Vainer (2003, p.194), não houve a formação de nenhum movimento organizado de atingidos. A resistência se verificou, porém, nas lutas pelo acesso à água e no abandono de terras do reassentamento em busca de terrenos nas margens dos lagos. A experiência negativa de Sobradinho vai influenciar, porém, o movimento que se inicia a partir do anúncio da construção da barragem de Itaparica, no mesmo Rio São Francisco, alguns quilômetros a jusante. As obras começaram no final dos anos 70, e para uma área inundada de 834 km² foram expulsas 40 mil pessoas. É preciso destacar, aí, a ação da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, e dos sindicatos de trabalhadores rurais na organização das populações atingidas. Ao contrário do que aconteceu em outras regiões do país, não ocorre aqui a formação de uma organização dedicada especificamente à luta contra as barragens, mas sim o surgimento de uma coalizão de diversos sindicatos que levará a luta à frente, dando origem ao Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco (Vainer 2003, p.195). Fundamental para a mobilização da população é a presença de atingidos pela barragem de

Sobradinho, trazidos pelo Pólo Sindical e pela Comissão Pastoral da Terra para fornecer informações a respeito do que lá havia ocorrido. Tal procedimento, a promoção da visita de atingidos às áreas ameaçadas com o objetivo de sensibilizar a população para o desastre que se anuncia, se revelou bastante efetivo, não somente nessa situação como em outras áreas do país. Grandes manifestações a partir de 1979, elaboração de documentos técnicos, negociações com a CHESF, reuniões com ministros e governadores, apelo à solidariedade de grupos religiosos, sindicais e organizações não-governamentais: em 1986, após ocupar o canteiro de obras e impedir o seu prosseguimento, o movimento consegue chegar ao fechamento de um acordo.

Por fim, teceremos alguns comentários a respeito da luta no Sul do país, mais especificamente na Bacia do Rio Uruguai. Essa última região merece algum destaque por que é a luta aí ocorrida que dá origem àquele que, dentre todos os movimentos contra barragens no país, é o mais forte e articulado. Antes, porém, cabe lembrar que, no final dos anos 70, na Bacia do Rio Paraná, surge o Movimento Justiça e Terra buscando lutar por melhores condições de reparação para as 6.000 famílias rurais e 1.000 famílias urbanas que haveriam de ser deslocadas pela construção da Usina de Itaipu. Fortemente influenciado pela atuação de setores progressistas da Igreja, não só a Católica mas também a Luterana, esse movimento merece ser lembrado, segundo Vainer (2003, p. 190), por marcar o momento em que “nascia a luta organizada dos atingidos por barragens”. Destaquemos, também, que algumas das famílias deslocadas pela construção da Usina de Itaipu se juntarão a outros grupos de camponeses para, alguns anos mais tarde, criarem aquele que será o mais vigoroso movimento rural da história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, MST.

Já no ano de 1966 é elaborado um Plano de Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai. É somente mais de dez anos depois, em 1979, que vem a público o Estudo de Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai, que previa a construção de 25 usinas nessa bacia, sendo 22 em território nacional e mais três para o trecho internacional (Moraes 1994, pp. 110-112). É a partir do anúncio da construção das duas primeiras dessas barragens, Itá e Machadinho, que tem início a resistência da população local. É preciso destacar que essa foi a primeira vez que as populações ameaçadas se organizam *antes* da construção das barragens. Amparados por sindicalistas, professores universitários e religiosos das Igrejas Anglicana e Católica, 350 agricultores criam, no ano de 1979, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Alto Uruguai (CRAB). A CRAB consegue vitórias até então inéditas para aqueles ameaçados ou atingidos por grandes barragens (Vainer 2003): em 1983, reúne 20 mil pessoas para participar da Romaria da Terra, cujo lema (“Águas para a vida, não para a morte”) foi incorporado pela CRAB e, posteriormente, pelo MAB; em 1985, o abaixo-assinado “Não às barragens”, com mais de um milhão de assinaturas é entregue ao ministro extraordinário de Assuntos Fundiários; em 1987, esse movimento é reconhecido como interlocutor legítimo das populações ameaçadas e consegue assinar um acordo com a empresa responsável pela obra, a Eletrosul, onde se destacavam a oferta, inclusive para aqueles que não eram proprietários, de um reassentamento coletivo. Nos anos subsequentes, a CRAB luta pelo cumprimento das linhas gerais desse acordo, e se destaca como o movimento que de forma mais decisiva contribui para a formação do MAB enquanto organização nacional.

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens ocorreu no ano de 1989, entre os dias 19 e 21 de abril na cidade de Goiânia. Somente dois anos depois membros dos movimentos de barragens de diversos pontos do país decidiram formar o Movimento Nacional, durante o I Congresso dos Atingidos por Barragens, realizado em março de 2001. Tinha início, assim, o processo de aproximação e articulação dos diversos movimentos de luta contra barragens existentes no país, conscientes de que, a despeito das especificidades decorrentes das diferentes situações de barragens e contextos sociais, políticos e econômicos, estavam todos unidos por uma temática comum, e, mais do que isso, pela luta *contra um inimigo comum*.

Em um país com a extensão do Brasil, a atuação de um movimento em escala nacional se revela, naturalmente, problemática, ainda mais se considerada a questão da escassez dos recursos. Dessa forma, a solução encontrada para que se pudesse conciliar a unidade necessária a um movimento que se pretendia nacional com as lutas regionais e locais foi a opção por “um modelo federativo, em que cada movimento local ou regional guardaria absoluta autonomia política, organizacional e financeira. A coordenação nacional, com representação igualitária das regiões, cumpriria as tarefas de articulação, e uma pequena secretaria [...] apoiaria o trabalho da executiva e da coordenação nacionais” (Vainer 2003, p. 202). A partir de 2001, decidiu-se pela realização, de três em três anos, dos congressos nacionais, quando acontecem as eleições para os cargos da executiva nacional.

A atuação política do movimento tem se caracterizado por uma postura que tenta articular à questão específica das barragens um conjunto de questões de alcance mais geral: a luta pela construção de uma nova política energética e formas alternativas de produção de energia; a defesa da agricultura familiar; a proteção do meio-ambiente e a luta contra a privatização dos recursos naturais; a luta contra o modelo capitalista e o neoliberalismo; a busca da construção de um projeto popular e democrático para o Brasil (MAB 2002b). É nesse sentido que se define uma política de alianças com outros movimentos progressistas – o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – assim como a participação na Via Campesina e na Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). De acordo com Vainer (2003, p. 204), os princípios que norteiam a busca pela consecução desses objetivos seriam os seguintes:

“primazia da organização e da mobilização pela base em relação às organizações centralizadas; democracia pela base, devendo a base definir diretrizes e eleger seus dirigentes e representantes; primazia da ação direta de massas em relação a outras formas de luta e à negociação; autonomia do movimento em relação ao Estado e aos partidos políticos; primazia do processo de conscientização e constituição de um sujeito político popular coletivo em relação à obtenção de favores ou concessões; identidade com o movimento popular e suas organizações em escala nacional e primazia da unidade do movimento popular sobre as alianças com outras classes”.

O neoliberalismo em questão

Antes de considerarmos as relações estabelecidas entre o Movimento dos Atingidos por Barragens e a constituição de um discurso de resistência ao projeto neoliberal parece-nos necessário apresentar alguns breves comentários a respeito do

discurso neoliberal, entendido aqui como definidor de uma “visão de mundo” específica e que busca legitimar *um projeto político*. Nos termos de Fiori (2001b, p.145), esse é o projeto de uma ampla coalizão de forças orientada pela “velha utopia liberal que desde o século XVIII vem anunciando e propondo, reiteradamente, o mesmo objetivo terminal para a ‘economia de mercado’: um mercado global desvencilhado dos problemas impostos pelos particularismos nacionais e protecionismos estatais”.

Tanto Anderson (1995) quanto Fiori (1998d) consideram as idéias de Friedrich Hayek e da Sociedade de Mont Pelérin como marcos iniciais para se pensar o desenvolvimento do pensamento neoliberal, na medida em que postulam, já na metade século passado, uma crítica teórica e política contra o estado de bem-estar social, de modo a “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (Anderson 1995, p.10). Porém, é só no final dos anos 70 e no início dos anos 80, com a chegada de Margareth Thatcher, Ronald Reagan e Helmut Kohl ao poder, que os princípios postulados por aqueles pensadores são colocados em prática. Anteriormente, apenas uma experiência precursora havia sido realizada, com a aplicação de políticas de cunho neoliberal no Chile de Pinochet (Anderson 1995, pp. 11-19; Fiori 1998d, p.218). A partir dos anos 80, as idéias neoliberais se difundem pelo mundo, beneficiadas pela queda dos regimes comunistas e pela propalada “vitória” do capitalismo, “momento em que elas se transformam numa utopia quase religiosa” (Fiori 1998d, p.217). Na América Latina, é no final dos anos 80 e no início da década de 90 que essas políticas começam a se difundir, com os governos de Salinas, Menen, Péres, Collor e Fujimori. (Anderson 1995, pp. 19-20). Nesse continente, a adoção de tais medidas se dá sob a forma de um “ajuste estrutural” que, visando responder aos efeitos da crise da dívida externa do início dos anos 80, é implantando sob a tutela de organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, baseado nos princípios do que se convencionou chamar de “Consenso de Washington” (Torres 1997, p.114). Tal ajuste pretende

“desencadear as necessárias mudanças através de políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado. A proposta desse ajuste resume-se, para o chamado curto prazo, em diminuir o déficit fiscal reduzindo o gasto público, aplicar uma política monetária restritiva para combater a inflação e fazer prevalecer uma taxa de juros ‘real positiva’ e um tipo de câmbio ‘real adequado’. A médio prazo, os objetivos seriam transformar as exportações no motor de crescimento; liberalizar o comércio exterior; atenuar as regulações estatais maximizando o uso do mercado; concentrar o investimento no setor privado, comprimindo a presença do setor estatal, e promover uma estrutura de preços sem distorções” (Soares 2000, pp. 14-15).

Subjacente a esse tipo de medida reside o velho pressuposto liberal de que o mercado é o responsável pela melhor alocação de recursos, ainda mais se contraposto a um Estado cuja atuação é ineficiente, improdutiva, anti-econômica e geradora de desperdícios (Soares 2000, p.15; Torres 1997, p.118).

O enfraquecimento do Estado e a colonização crescente de setores da vida social pelo mercado desemboca numa série de consequências nefastas relativas às políticas sociais:

“os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo” (Soares 2000, p.13).

O surgimento e a difusão desse tipo de políticas deve ser pensado através de um quadro analítico que enfatize *as relações de poder*. Se aos economistas neoclássicos (hoje aqueles que detêm uma avassaladora hegemonia no interior da ciência econômica) cabe um papel tão destacado na luta ideológica que impõe o projeto neoliberal como possibilidade única e não suscetível de contestações, tal prerrogativa se explica, em grande medida, pela eficácia de um trabalho simbólico que se assenta na naturalização das relações sociais através de modelos que, “revestindo de razão pura um pensamento conservador” (Bourdieu 1998ab, p.73), alijam a consideração das relações *políticas* em detrimento de um “econômico puro”. Deriva-se daí “um discurso fatalista, que consiste em transformar tendências econômicas em destino” (Bourdieu, 1998b, p.74).

O neoliberalismo se caracteriza, assim, como uma resposta a uma crise de um modelo de acumulação capitalista que se esgota a partir dos anos 70. Longe de ser uma reação a imperativos de ordem tecnológica ou a uma suposta (pós-)modernidade que se impõe de modo inexorável e incontrolável, trata-se de uma estratégia *política* de uma ampla coalizão de forças que busca sustentar a reprodução e acumulação do capital e a manutenção de relações assimétricas no jogo de forças entre nações e grupos sociais. As implicações concretas desse novo modelo são o aumento da desigualdade sócio-econômica no interior das nações, sejam elas desenvolvidas ou subdesenvolvidas, assim como uma crescente assimetria de poder entre um pequeno grupo de países (a grosso modo, aqueles que compõe o G7) e aqueles restantes, esses últimos cada vez mais desprovidos de qualquer possibilidade de desenvolvimento autônomo e independente. Em última instância, as nações deixam de ser encaradas enquanto tais e se encaminham para se tornarem meros “mercados nacionais”.

É preciso destacar, como o faz Fiori (2001a, p.57), que no caso daqueles países que se submeteram aos programas de ajuste estrutural, especialmente através de acordos com o Fundo Monetário Internacional, essa “tutela” não se dá como “mera imposição externa”: corresponde a uma opção de elites nacionais. A inexorabilidade da submissão aos ditames externos tão apregoada pelas mídias desses países mascara, na verdade, os projetos políticos e econômicos de grupos locais.

Os efeitos específicos produzidos por essa visão de mundo e pelos desdobramentos desse conjunto de idéias somente podem ser avaliados se considerada a sua capacidade de se impor como *discurso único*. Trata-se da capacidade do neoliberalismo de se apresentar sob o que Bourdieu (1998a, p.44) chama de “aparências da inevitabilidade”, a partir de um “conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios”:

“admite-se que o crescimento máximo, e logo a produtividade e a competitividade, é o fim último e único das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas. Ou ainda, pressuposto que fundamenta todos os pressupostos da economia, faz-se um corte radical entre o econômico e o social, que é deixado de lado e abandonado aos sociólogos, como uma

espécie de entulho. Outro pressuposto importante é o léxico comum que nos invade, que absorvemos logo que abrimos um jornal, logo que escutamos o rádio, e que é composto, no essencial de eufemismos (...) Há também todo um jogo com as conotações e as associações de palavras como flexibilidade, maleabilidade, desregulamentação, que tendem a fazer crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação” (Bourdieu 1998a, p.44).

Como esse último autor argumenta, se o discurso neoliberal alcançou uma hegemonia tão avassaladora, foi porque realizou-se “todo um trabalho de doutrinação simbólica” (Bourdieu 1998a, p. 42) que permitiu a reprodução e circulação dessas idéias. A eficácia e a efetividade desse trabalho evidencia-se não apenas naquela “aparência de inevitabilidade” mas também na diversidade de formas de manifestação do discurso neoliberal: ele se faz presente em relatórios técnicos de instituições multilaterais, em artigos acadêmicos e teses não apenas de economistas neoclássicos mas também, e cada vez com maior frequência, de sociólogos, cientistas políticos, pedagogos, assistentes sociais e até mesmo psicólogos³, nos discursos de políticos de direita e de esquerda, nos noticiários de televisão e jornais impressos, em *best-sellers* de auto-ajuda, na fala do homem comum em suas conversas cotidianas. Fiori (1998c, p.154) nos lembra, porém, que

“o neoliberalismo não só triunfou como é hegemônico, isto é, *confunde-se com o senso comum*, permitindo aos mais radicais neoliberais afirmarem com toda convicção que não o são. Já nem se percebe. Mas não isso não quer dizer que não haja muitos, e crescentes, sinais de dissonância pelo mundo”.

De fato, o mundo tem presenciado na última década uma sucessão de eventos que contrariam afirmações pessimistas tais como aquelas do filósofo inglês Perry Anderson (o mesmo que, cinco anos antes, havia discorrido de forma tão lúcida num colóquio no Brasil a respeito das características do neoliberalismo⁴) que, no ano de 2000, afirmara que “el único punto de partida para una izquierda realista hoy es un registro lúcido de la derrota histórica (...) Por primera vez desde la Reforma ya no hay oposiciones significativa – esto es, puntos de vista rivales sistemáticos – al interior del mundo del pensamiento occidental; y casi ninguna a escala mundial tampoco” (apud Cockburn e Clair 2001, p. 144).

A proclamada vitória incontestável do capitalismo ocidental e do pensamento único, apregoada por todo todos os cantos do planeta após a queda do Muro de Berlim e a derrocada dos regimes comunistas do Leste Europeu, foi refutada de modo flagrante pelas transmissões de televisão que mostravam os acontecimentos na cidade norte-americana de Seattle, entre os dias 20 de novembro e 3 de dezembro de 1999. Os protestos ocorridos durante a reunião da Rodada do Milênio da OMC serviram, acima de tudo, para evidenciar o que um conjunto de outras iniciativas anteriores já parecia sugerir: existe, de fato, um movimento articulado internacionalmente de resistência à globalização da economia capitalista sob seu formato histórico recente, *neoliberal*.

Seoane e Taddei (2001) apresentam uma genealogia do “movimento anti-mundialización neoliberal”, buscando marcar a relevância de algumas dessas iniciativas anteriores a Seattle. O momento inicial da luta seria caracterizado, para esses autores, pelo Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo,

realizado em julho e agosto de 1996 em Chiapas, no México, pela iniciativa do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Outras iniciativas se sucedem rapidamente: em 1997, ONGs, intelectuais e movimentos sociais, em especial europeus e americanos, articulam uma campanha em protesto contra o Acordo Multilateral de Investimentos; ainda em 1997, realiza-se a primeira Marcha Européia contra o desemprego e a precariedade do trabalho, reunindo mais de 50.000 manifestantes; no final desse mesmo ano, a crise econômico-financeira que atinge a Ásia, a América Latina e a Rússia dá início a protestos contra os ajustes econômicos encarados como responsáveis por essa situação; em 1998, por iniciativa do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, é criada a associação ATTAC, que defende a criação de um imposto sobre as transações financeiras a partir da proposta do prêmio Nobel de Economia James Tobin; por ocasião das reuniões do G8 e G7, são proclamados em 1998 e 1999 o Primeiro e o Segundo “Dia de ação Global dos Povos”; na América Latina, em 12 de outubro de 1999 é realizado o “Grito Latino-Americano dos Excluídos”, em defesa do trabalho, justiça e vida (Seoane e Taddei 2001, pp. 107-111).

É preciso lembrar porém, como o faz Vieira (2002), que

“a luta ‘anti-globalização’ ou ‘por uma outra globalização’ não começou em Seattle e não está presa unicamente à agenda das ONGs do Norte, às campanhas do Greenpeace ou da Transparência Internacional. É fruto de um caldo de culturas bastante diversificadas e incorpora a tradição dos movimentos sociais dos mais diferentes matizes nacionalmente ou regionalmente referenciados, assim como ações coletivas que se estabelecem na escala internacional propriamente dita” (p.2).

Um marco teórico e metodológico para o estudo dos discursos

É a partir da constatação da existência de movimentos de resistência que se coloca a pertinência da questão dos discursos. E se Bourdieu (1998a, pp. 42-45) defende que é papel dos pesquisadores e intelectuais (e em especial os cientistas sociais) analisar os processos e circuitos através dos quais é produzido e consolidado o consenso neoliberal, difundindo as análises que apresentam suas origens e significados implícitos, parece-nos que a eles também cabe uma outra tarefa, complementar àquela: contribuir para a articulação, divulgação, estruturação e, sobretudo, *compreensão* das iniciativas que buscam resistir ou enfrentar o discurso neoliberal. Se esse último tem muito de sua força e eficácia oriundas de sua “aparência de inevitabilidade” e do status científico que é atribuído às suas proposições, qualquer esforço que contribua para dar visibilidade ao dissenso contribui, mesmo que de forma tímida, para abalar a hegemonia do discurso neoliberal e para criar as condições necessárias para o surgimento de um novo e outro senso comum. Contrariando as máximas repetidas a torto e a direito, o dissenso é o que *efetivamente existe*.

Faz-se necessário, nesse sentido, explicitar algumas das formulações teóricas e metodológicas nas quais se baseia a concepção de discurso com que trabalhamos aqui. Buscaremos assim indicar nessa seção alguns dos princípios gerais que nortearam as análises apresentadas nas seções subsequentes. Acreditamos que, a despeito da simplicidade e dos limites dessas análises, as formulações de que fazemos uso apresentam um significativo potencial (que deve ser desenvolvido em pesquisas e investigações futuras) para propiciar uma compreensão desses processos.

Como afirmamos acima, entendemos que a formação de um discurso de resistência ao neoliberalismo pode ser melhor compreendida se encarada a partir de um

quadro analítico que destaque o confronto entre diferentes representações do mundo social enquanto *luta simbólica*, entendida simultaneamente enquanto elemento constituinte e expressão de um luta política mais ampla. É nesse sentido que as colocações de Pierre Bourdieu nos parecem de significativa valia.

A teorias que visam dar conta da realidade não podem, afirma esse autor, excluir as representações que os agentes fazem do mundo social, uma vez que através delas esses agentes contribuem para a construção desse mundo social. É preciso “romper com as pré-noções da sociologia espontânea, [ou seja, a dissociação] entre a representação e a realidade, (...) com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais” (Bourdieu, 1998c, p.113).

As estruturas simbólicas, entendidas como o conjunto das representações, devem ser compreendidas então não somente como estruturantes da função de conhecimento, como meios de comunicação ou como “ideologia”, tal como pretendiam tradições analíticas anteriores, destacando hora uma função, hora outra. É preciso pensá-las a partir de sua capacidade de desempenharem *simultaneamente* todas essas funções, de modo a que sejam compreendidas como constituintes *de fato* (e dos fatos) do mundo social (Bourdieu, 1998d).

As visões de mundo, “produto da incorporação das estruturas objetivas do mundo social” (Bourdieu, 1998b, p. 135), estão de tal modo inscritas nas consciências que não são concebidas pelos sujeitos individuais como construções sociais: operando “aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal” (Bourdieu, 1998b, p. 139), essas visões aparecem ao sujeitos como explicações naturais do que “o mundo é”. É o que Bourdieu (1998b, p. 141) chama de *princípio de realidade*, introjetado de maneira especialmente significativa pelos “dominados”.

Se a construção do mundo social depende também das representações que dele se faz, a disputa pelo direito de apresentar a representação legítima, as categorias válidas de compreensão do mundo social, a luta pelo direito de constituir o “senso comum, o consenso explícito”, a “luta (...) pelo poder de conservar ou transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo” (Bourdieu, 1998b, p. 142) é a luta política por excelência. E essa é uma luta ideológica no sentido de que as representações dominantes buscam eufemizar as lutas econômicas e políticas e dissimular “sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc.” (Bourdieu, 1998d, p. 14). Afinal de contas, “o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural” (Bourdieu, 1998b, p. 145).

A criação de visões de mundo alternativas e a contestação da *doxa* se constituem, dessa forma, em ações indispensáveis para as transformações nas estruturas objetivas de poder. Os significados e efeitos decorrentes da “subversão herética” que almeja influir nas categorias de percepção naturalizadas, com o objetivo de lhes contrapor novos princípios de visão e divisão do mundo social, são explicitados por Bourdieu (1981) nos seguintes termos:

“La subversion hérétique exploite la possibilité de changer le monde social em changeant la représentation de ce monde qui contribue à as réalité ou, plus précisément, em opposant une *pré-vision paradoxale*, utopie, projet,

programme, à la vision ordinaire, qui appréhende le monde social comme monde naturel: énoncé *performatif*, la pré-vision politique est, par soi, une action qui vise à faire advenir ce qu'elle énonce; elle contribue pratiquement à la réalité de ce qu'elle annonce par le fait de l'énoncer, de le pré-voir et de le faire pré-voir, de le rendre concevable et surtout croyable et de créer ainsi la représentation et la volonté collectives qui peuvent contribuer à le produire" (Bourdieu 1981, p.69, grifos no original).

Para Bourdieu (1981, 1994), as representações do mundo social, na medida em que possibilitam aos agentes não só uma forma de conhecimento sobre o mundo, mas também uma forma de *agir* sobre esse mundo através da ação sobre essas representações e às “maneiras de conhecer” que lhes são correlatas, criam as condições para as “ações propriamente políticas” (Bourdieu 1981, p. 69). Nesse sentido, para Bourdieu, essa ação propriamente política exige uma “subversion cognitive”, uma “conversion de la vision du monde”, ou seja, a contestação da *doxa* que naturaliza um conjunto de representações, princípios de visão e divisão do mundo social apresentados como reflexos objetivos de relações *reais*.

Se consideramos as colocações de Bourdieu como um ponto de partida para pensarmos a questão da luta simbólica, a referência a outros autores é necessária para que possamos definir o que entendemos como o “discurso” dos movimentos sociais, no que se refere ao MAB, principalmente, e também à CLOC e à Via Campesina. Afinal de contas, são os discursos (no que se refere à questão trabalhada aqui, os discursos *heterodoxos*, os discursos que se opõem ao consenso, os discursos da resistência) que tornam possíveis a “subversão cognitiva” de que fala esse autor, veiculando uma *outra visão de mundo* que conteste e desnaturalize as visões dominantes que apresentam o mundo como *evidente*.

Seguindo Bakhtin (1998, 1992), consideramos o discurso como um conjunto articulado de enunciados. Definir um discurso particular – como fazemos aqui, ao falar, por exemplo do discurso do MAB – implica no reconhecimento de um determinado ator ou grupo social e de um campo de regularidades a ele vinculados. Essas regularidades se manifestam em diversos níveis, e dizem respeito a uma série de aspectos: ao uso de um determinado vocabulário (ou de determinados vocabulários); a uma certa articulação de posições de sujeito discursivo (Foucault 1986, pp. 60-2); a um conjunto relativamente restrito de interlocutores possíveis; a um conjunto relativamente restrito de contextos e situações em que o discurso pode ser utilizado; à presença de esquemas classificatórios que, nos termos de Bourdieu (1999, p.34), poderiam ser descritos como “princípios de visão e divisão do mundo social” ou seja, “esquemas de pensamento impensados que sob a forma de um conjunto de pares de oposição binária (p.ex: forte/fraco, alto/baixo, bom/ruim, masculino/feminino) [funcionam] como categorias de percepção”.

A unidade que permite que falemos de um campo de regularidades comum, no caso aqui considerado, é assegurada pela relação entre o sujeito do discurso e a identidade social criada por esses movimentos. Há, portanto, um vínculo direto entre essa identidade e o discurso: “ser um atingido por barragem” é (também) falar de determinadas coisas, de uma determinada maneira, tendo em vista um contexto e um interlocutor determinados. O conjunto desses “dizíveis”, dessas coisas passíveis de serem ditas por aquele que se identifica como um atingido, é o que define as fronteiras do discurso do MAB.

É preciso porém, lembrar, conforme Bakhtin (1992, p. 312), que, na medida em que “um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os

quais é o primeiro a nomear”, toda fala é prenhe de história, de palavras do outro cuja ressonância se faz presente quando delas se faz uso. Os discursos não são entidades fechadas, autônomas, muito pelo contrário. Eles se constituem, na prática, por um processo de assimilação criativa que transforma a “palavra do outro” em “palavra própria”. Dessa forma, estão sempre abertos para incorporar elementos oriundos dos mais diversos discursos e guardam todos, em seu interior, as marcas da alteridade.

A construção da questão do neoliberalismo no discurso do MAB

À primeira vista, a consideração da forma como é construída a questão do neoliberalismo no interior do discurso do MAB nos coloca diante de uma dificuldade considerável: aquilo que é chamado de “neoliberalismo” ou “projeto neoliberal” não apresenta contornos nítidos, sendo bastante freqüente um uso intercambiável com outras noções como “capitalismo” ou “imperialismo”. Isso se torna bastante evidente quando consideramos a periodização dos fenômenos: processos que ocorreram nos anos 70 são descritos como expressão do neoliberalismo, ao passo que a literatura especializada identifica a emergência dessa etapa do capitalismo a partir dos anos 80. É preciso ressaltar, porém, que não é objetivo desse trabalho aferir a adequação da representação do neoliberalismo proposta pelo Movimento dos Atingidos por Barragens àquelas outras representações “autorizadas” pelo discurso científico ou acadêmico. Não pretendemos julgar o que é dito pelo movimento tendo como referência a concepção “verdadeira” do que é o neoliberalismo. Retomando a discussão do item anterior, enfatizamos mais uma vez que não acreditamos que as representações do mundo social sejam capazes de espelhar limpidamente e de forma neutra a realidade de fenômenos concretos, mas sim que essas representações são construídas a partir de perspectivas específicas (portanto, a partir de determinadas posições políticas), no interior de embates simbólicos, e que desempenham um papel ativo enquanto fenômenos concretos. Interessa-nos, assim, tentar apreender a visão específica que é construída e reproduzida pelo movimento, e que exerce efeitos concretos na realidade na medida em que orienta e define suas ações. É dessa forma que argumentamos que esses usos “pouco rigorosos” do termo “neoliberalismo” são reveladores, eles próprios, da construção que é realizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, assim como dos efeitos daí oriundos.

O relato histórico

A análise conjunta de alguns documentos permite que reconstruamos as linhas gerais do *relato histórico* através do qual são representadas e explicadas, pelo discurso dos atingidos por barragens, as transformações recentes no caráter do Estado brasileiro, assim como as origens das políticas neoliberais que ele passa a adotar e as repercussões dessa política sobre a questão das barragens, em especial no que se refere à privatização do setor elétrico. Apresentamos a seguir a reconstrução desse “relato”, buscando, na medida do possível, dissociar nossa visão particular dos processos descritos daquela que pode ser apreendida pela leitura dos documentos. Nesse sentido, e com objetivo de uma maior clareza de exposição, relegamos às notas de fim de página os comentários que buscam interpretar algumas das colocações contidas no discurso do movimento.

Ao longo de toda a nossa história, “sempre o poder esteve nas mãos de poucos, ou seja, dos ricos” (MAB 2000b)⁵. O Estado brasileiro tem desempenhando um papel significativo na manutenção dessa situação, atuando na condução de um projeto de desenvolvimento “elitista e excludente” (MAB 2000a). É o que fica evidente quando se

considera a questão das empresas estatais, responsáveis até a década de noventa pela quase totalidade do setor elétrico brasileiro: “embora as empresas fossem de propriedade estatal, elas nunca foram empresas públicas, no sentido de efetiva participação da população brasileira no controle dessas empresas e nas decisões” (MAB 2005e, p.1)⁶.

No final dos anos 80, tem início um período de transformações substanciais nas correlações de forças entre os diversos grupos e classes sociais – “a burguesia quase teve seu poder ameaçado” (MAB 2000b). Nas origens desse fenômeno, um destaque considerável é atribuído ao modelo “chamado de revolução verde” (MAB 2000a):

“A partir da década de 70 com a implementação do modelo tecnológico (...) que incentiva o intenso consumo de agrotóxicos, adubos químicos, alta tecnologia e baseado na monocultura, trouxe conseqüências dramáticas para os pequenos agricultores, exemplo disso é o êxodo rural. O qual serve para criar um exército de reserva na periferia das cidades, o que contribui na manutenção dos salários baixos que é revertido em grandes lucros para as empresas capitalistas através da exploração do trabalho sem preocupar-se com o ser humano” (MAB 2000a).

É esse o modelo que “gerou uma crise já no início da década de 80 e a conseqüência foi o crescimento dos movimentos populares neste período” (MAB 2000a). Diante desse quadro, “todos os ricos se unem (partidos de direita e seus representantes) em torno de um único projeto, chamado de Neoliberalismo ou Globalização da Economia” (MAB 2000b). As elites nacionais e o governo se submetem, nesse contexto, “às ordens do FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento” (MAB 20005e). Os responsáveis direto pela “missão de implantar o neoliberalismo no país” são “o Governo Collor (...) [e] seu substituto FHC [Fernando Henrique Cardoso]” (MAB 2000a)⁷. É com esse substituto, afinal de contas, que “as políticas capitalistas neoliberais são aplicadas com mais força” (MAB 2005a).

Concretamente, essas “políticas capitalistas neoliberais” são vinculadas a “um amplo processo de privatização no Brasil” (MAB 2005e):

“primeiro com a transferência para o setor privado do controle pelo Estado do setor siderúrgico, depois com a retirada do Estado no setor petroquímico, e mais recentemente através do processo de transferência dos serviços públicos para as empresas privadas, que envolve setores como os de energia elétrica, telecomunicações, petróleo, construção de rodovias, portos e aeroportos, saneamento básico, abastecimento de água, entre outros” (MAB 2005e).

O discurso que legitima esse processo de privatização é objeto de uma crítica por parte do movimento, uma vez que não passa de uma estratégia “para convencer a opinião pública da necessidade da privatização” (MAB 2005e): “o governo dizia que a receita decorrente da venda das empresas estatais seria aplicada nas áreas sociais, como a saúde, a educação e a segurança” (MAB 2005e), o que não aconteceu. Muito pelo contrário, “o fato é que praticamente 48% dos recursos considerados como receita decorrente da venda das empresas de distribuição de energia elétrica têm como origem o dinheiro público” (MAB 2005e). As “empresas estatais passaram a simbolizar ‘ineficiência e coisa ruim’”, mas é o próprio Estado o responsável por “sucatear o setor elétrico” (MAB 2005e). As promessas de que o Estado assumiria “as atividades de regulação e fiscalização” das

atividades que passavam a ser providas pelo mercado não se concretizaram; de fato, “não é isto o que está acontecendo” (MAB 2005e).

Por um lado, crítica a um Estado que não era “público”, no sentido de que a população se encontrava alijada das decisões mais relevantes, que pareciam atender apenas aos interesses das classes dominantes; por outro, crítica ao Estado que “deixa de ser o responsável pelo desenvolvimento econômico e social e abandona o seu papel estratégico como produtor de bens e serviços” (MAB 2005e). Posturas contraditórias? Muito pelo contrário: “Nossa proposta não é voltar ao modelo estatal da época da ditadura, nem ficar neste modelo privatizado ‘insano’. Na crise, temos que aproveitar para construir o novo” (MAB 2005e). Se o modelo anterior de estado estava longe de ser o ideal, a transferência de parte de suas atribuições anteriores para o mercado apenas contribui para piorar o que já era ruim. O “novo” que se pretende construir é o que o movimento chama de um “Projeto Popular para o Brasil” (MAB 2000b, MAB 2000c, MAB 2002b, MAB 2005c). No que nos mais interessa aqui, poderíamos destacar aqueles aspectos desse projeto popular que de forma mais patente evidenciam a sua oposição ao projeto neoliberal, assim como a importância – para que esse projeto seja bem sucedido – da construção de um Estado que seja forte, mas ao mesmo tempo que seja também “efetivamente público e democrático” (MAB 2005e):

“- Suspensão do pagamento da dívida externa; - Suspensão das privatizações; (...); - Reforma Agrária (...); - Soberania Alimentar para o povo: controle pelo Estado (...); - Construir um Estado público e popular: romper com o projeto das elites sustentados no país, construir o Estado público e popular a serviço dos pobres; (...) – Distribuição de renda e o desenvolvimento agrícola” (MAB 2000b).

Revolução verde e neoliberalismo

A leitura que o movimento realiza das razões da “crise” dos anos 80, assim como do “crescimento dos movimentos populares” em resposta a ela, enfatizando como uma de suas causas a implementação da “revolução verde” nos anos 70, nos parece bastante original, até mesmo pouco convencional. Repetimos mais uma vez que não é nosso interesse discutir a pertinência histórica ou sociológica dessas colocações, mas sim tentar apreender os sentidos e pressupostos que orientam a sua formulação. Dessa forma, o que parece evidenciar-se aí é a tentativa do movimento de articular os processos que se encontram vinculados à sua emergência a um contexto social mais amplo, onde é possível compreender o surgimento da opção pelo neoliberalismo realizada pelos grupos dominantes.

A crítica ao modelo da “revolução verde” se encontra relacionada à defesa de um modelo alternativo que privilegie a agricultura familiar e que respeite a permanência no campo como um *modo de vida* a ser preservado, já que se encontra associada a práticas culturais e formas de sociabilidade que possuem valor em si. O confronto, aí, é com relação a uma “capitalização” do meio rural em nome de um suposto aumento da produtividade, o que traz como consequência um aumento da mecanização e uma expulsão da mão-de-obra rural – “ociosa” ou “sub-empregada” – para as cidades. Poderíamos ler esse confronto como a oposição entre uma lógica que pretende valorizar as formas de vida tradicionais e uma lógica economicista, que subordina as demais dimensões da vida social à obtenção do lucro. Do nosso ponto de vista, é a partir da oposição que se estabelece entre essas duas lógicas que é possível compreender a

articulação desenvolvida no discurso dos atingidos entre a revolução verde e o neoliberalismo. Se levarmos em consideração o destinatário a quem é primordialmente dirigido esse discurso, ou seja, o pequeno produtor rural atingido ou ameaçado por uma barragem, o sentido dessa articulação se esclarece mais ainda. A revolução verde parece representar um corte decisivo na história desses pequenos produtores ao introduzir de modo radical a lógica economicista como uma questão a ser considerada por eles. A modernização do campo propicia um alargamento das relações, pelos vínculos do mercado, que os insere em processos mais amplos. As marcas dessa inserção se podem fazer sentir também na medida em que ocorre a expulsão do homem do campo. Afinal de contas, dentre os objetivos dessa expulsão se encontra a criação de um “exército de reserva na periferia das cidades, o que contribui na manutenção dos salários baixos que é revertido em grandes lucros para as empresas capitalistas” (MAB 2000a). O discurso faz referência, aqui, a processos que já são familiares a esses agricultores, mesmo que muitos deles não sejam (ainda) capazes de compreender a articulação entre eles. É preciso lembrar, porém, que desde os seus primórdios o Movimento dos Atingidos por Barragens vem tentando, pelo seu discurso e pelas suas práticas pedagógicas, convencer os atingidos sobre a natureza desses processos. Na construção examinada aqui, a emergência do neoliberalismo se encontra vinculada a uma intensificação da persistente lógica economicista do capitalismo, já presente nos anos 70 e 80, e, de alguma forma, já uma “velha conhecida” dos atingidos. Parece-nos, nesse sentido, que há uma nítida orientação didática nessas colocações, com um objetivo claro: apresentar a “novidade” do neoliberalismo a partir do recurso a processos “familiares”, que se não são idênticos aos que caracterizam aquele, pelo menos lhe fornecem uma chave de leitura. Entre a revolução verde e o neoliberalismo, não se pode desconsiderar, porém, algumas mediações. A “crise” do final dos anos 80 é o momento em que aqueles submetidos àquela lógica se insurgem e buscam outras alternativas. É pela resposta a essa insurgência que se explica a reação das classes dominantes: “para não perder o poder”, levam ao paroxismo a lógica capitalista, com o objetivo de “implantar no Brasil o Neoliberalismo”. Novamente nos parece presente um certo uso didático ou exemplar do passado, dessa vez incitando a mobilização e a luta. Afinal de contas, da mesma forma que no final dos anos 80, quando a burguesia ou as elites tiveram que reagir “para não perder o poder”, também agora o seu projeto pode ser objeto de contestações e combatido. De que modo? Como anteriormente, pelo “crescimento dos movimentos populares”.

A questão ecológica

É preciso lembrar que a luta contra as barragens se constrói também, em um determinado plano, como uma *luta ecológica*. Construir sua luta nesses termos tem se revelado de fundamental importância enquanto estratégia de luta pelos atingidos, na medida em que a “conservação da natureza” é, desde os anos 70, um tópico de grande apelo perante os mais diversos setores da opinião pública, a mídia, a sociedade civil e o meio acadêmico. Ao construir sua luta (também) em torno dessa questão, o movimento angaria uma legitimidade que lhe propicia o acesso não só a recursos financeiros (oriundos, principalmente, de organizações não-governamentais do primeiro mundo) como também a aliados. Isso não se manifesta apenas na crítica à degradação ambiental ou nos riscos à biodiversidade causados pelas barragens. A defesa de práticas agrícolas “ecologicamente corretas” é o outro eixo desse tipo de posicionamento: a crítica ao modelo da revolução verde, “que incentiva o intenso consumo de agrotóxicos, adubos

químicos, alta tecnologia e baseado na monocultura” se insere nesse contexto. Como a luta contra os alimentos transgênicos e a favor da soberania alimentar, essa crítica merece destaque por articular – não sem algumas contradições – ao ponto de vista ecológico, um contraponto à lógica economicista do capitalismo que é apresentada como ecologicamente irresponsável.

Essa articulação se manifesta com especial clareza no que diz respeito à questão da água. Para considerar tal aspecto, faz-se necessário que analisemos a forma como a categorial do “ambiental” é construída no interior do discurso do MAB. Tal categoria nos parece oriunda de um esquema classificatório presente neste discurso que busca distinguir os impactos negativos gerados pelas barragens: fala-se então em “impactos sociais” e “impactos ambientais”⁸. São criados então dois campos de questões, cada um deles regido por uma lógica e conteúdos próprios, com fronteiras relativamente distintas. Se tomamos então o campo de questões referente ao “ambiental”, poderíamos destacar aí um conjunto de pares de oposição binária que podem ser pensados como princípios de visão e divisão (Bourdieu 1998c) constituintes desse campo. Esses pares podem ser compreendidos como “categorias de percepção” que, funcionando como “esquemas de pensamento impensado” (Bourdieu 1999, p.34), fornecem os esquemas classificatórios utilizados como “matéria-prima” para a elaboração dos discursos nos marcos do ambiental. Em outras palavras, tais pares de oposição correspondem a alguns dos pressupostos e apriorismos que fundamentam e tornam possíveis os enunciados no interior desse campo. A análise dos documentos permitiu que identificássemos os seguintes pares de oposições:

gerações presentes x gerações futuras
escassez x fartura
espécie humana x natureza
modelos de desenvolvimento sustentáveis x modelos de desenvolvimento insustentáveis
modelo que o Brasil tem que criar x modelo de outros países
energia limpa x energia suja
recursos disponíveis x recursos indisponíveis
práticas sustentáveis x práticas insustentáveis
bem comum para a sociedade x mercadoria
sobrevivência humana/das espécies/do planeta x busca pelo lucro

Essa última oposição parece desempenhar um papel central no que diz respeito às questões ambientais, em especial por destacar uma classificação das práticas

sobrevivência humana/das espécies/do planeta x busca pelo lucro
vida x lucro
defender a vida x buscar o lucro
práticas que buscam o lucro x práticas que defendem a vida

A oposição entre esses dois tipos de práticas é evidenciada se consideramos aquele que é, para os atingidos por barragens, um exemplo paradigmático – o que se refere à *questão da água*. Analisar a forma como essa questão é construída no discurso do MAB nos interessa, especialmente, por permitir a apreensão da lógica subjacente a

algumas formulações críticas ao neoliberalismo, e também por evidenciar algumas das contradições presentes nessas formulações.

No que se refere a essa questão, o ponto de partida é o reconhecimento de que uma das características mais notáveis do “modelo de sociedade capitalista neoliberal” é o aumento da concentração de riquezas, incluindo a água e a energia, nas mãos de poucos” (MAB 2005c). A água é pensada, nesse contexto, como um “bem” ou “recurso” escasso. Nesse sentido, proliferam afirmações como a de que “[há] pouca água para um planeta cuja população cresce desordenadamente” (MAB 2002c). Um sub-título presente em um documento é também sugestivo: “Planeta Terra sem água” (MAB 2002c). É essa escassez que faz com que a água se transforme num “bem para a venda”; ou – se retomarmos um daqueles pares acima apresentados – o que faz com que o que era um “bem comum para a sociedade” vire uma “mercadoria”. Assim, “essa escassez da água já indica o caminho do lucro a grandes grupos empresariais, especialmente da França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos que controlam o abastecimento em vários países” (MAB 2002c). A transformação da água em mercadoria não se dá, porém, impunemente: vem acompanhada do surgimento de uma ameaça à “vida”: vida da “espécie humana”, e também a vida da “terra e de todas as suas espécies”:

“É inadmissível que um bem essencial à vida humana seja tratado como simples mercadoria que colocada num mercado vise o lucro para seu dono. É como comercializar a vida das pessoas ou o ar que se respira”; “Que o 22 de março¹⁰ [seja] (...) o início de um combate para que no futuro próximo não tenhamos que pagar tarifa às multinacionais para continuarmos vivos. A água é um bem público e só existe a possibilidade de preservação da espécie humana se assim continuar. Privatizar a água e transformá-la em objeto de lucro é condenar à morte prematura milhões de seres humanos” (MAB 2002c).

O modelo de sociedade neoliberal é, de acordo com o discurso do MAB, aquele em que são violentamente radicalizados os processos de “privatização e mercantilização da água” (MAB 2005b), ao ponto da “vida” no planeta estar ameaçada. É nesse sentido em que se deve entender a oposição acima destacada entre “buscar o lucro” e “defender a vida”.

É preciso, porém, destacar algumas particularidades na construção desse argumento. A lista de pares de oposições apresentada anteriormente já sinaliza a medida em que o discurso do MAB se apropria de formulações e termos oriundos do que poderíamos chamar de *discurso ecológico hegemônico*. O exemplo mais conspícuo é a renitente referência à “sustentabilidade”. Trata-se certamente de uma apropriação criativa da transformação da “palavra alheia” em “palavra própria” de que fala Bakhtin, uma vez que colocada a serviço de posicionamentos políticos cuja radicalidade certamente não encontra paralelo nesse discurso ecológico hegemônico. Essa apropriação nos parece, porém, problemática em alguns aspectos.

Em primeiro lugar, quando a água é pensada como uma “riqueza”, um “recurso” ou um “bem”. Parece-nos que há aí uma certa capitulação perante aquela visão de mundo economicista que, legitimando o “modelo de sociedade capitalista neoliberal” (MAB 2005c), é por vezes tão criticada pelo próprio movimento. E não importa tanto se existe uma distinção entre “bem comum para a sociedade” e “bem para a venda”, pois a utilização do termo enfatiza a dimensão do quantificável em detrimento de outros

sentidos, referentes a qualidades não mensuráveis, e que remetem diretamente à vivência concreta dos atingidos. A sua quase totalidade é composta de agricultores de terras ribeirinhas, cujas condições econômicas e culturais de existência se encontram profundamente vinculadas aos rios. Nesse sentido, a água não é apenas um “recurso” que assegura a sua reprodução sócio-econômica, assim como a de suas comunidades, viabilizando, por exemplo, a produção agrícola. Ela também configura e constitui um espaço da vida cotidiana – seja no que diz respeito ao lazer ou à sociabilidade –, é um elemento da memória e da paisagem, objeto e “sujeito” de manifestações culturais as mais diversas, valorizada afetivamente como um aspecto indissociável da vida das comunidades ribeirinhas.

Em segundo lugar, é preciso chamar a atenção para a descrição do processo que transforma a água em mercadoria, com o destaque dado a uma suposta “escassez” e ao “crescimento desordenado da população do planeta” (MAB 2002c). O caráter malthusiano desse tipo de construção é evidente, e as implicações políticas daí decorrentes não vão de encontro às posições habituais do movimento. Designar um bem como “escasso” significa naturalizar, tomar como dados e necessários seus usos correntes bem como os processos em que se encontra inserido, desconsiderando a questão – política – da sua apropriação por determinados sujeitos e interesses. As referências a a um “crescimento desordenado da população” atuam da mesma forma, transformando uma questão do mundo social – questão oriunda, portanto, das relações conflituosas entre sujeitos – em uma questão do mundo natural, onde existe uma população (homogênea) de seres vivos e um habitat que deve prover suas necessidades. A relação entre os homens e o seu meio está, aí, dada, prescrita como um imperativo de ordem biológica. Independentemente dos sentidos conservadores dessas colocações, cabe ressaltar que eles entram em contradição com princípios fundamentais do movimento. Basta lembrarmos que dentre suas bandeiras de luta mais significativas se destaca o esforço pela busca de alternativas energéticas, esforço esse que se caracteriza justamente pelo questionamento de um conjunto de práticas e relações (entre os homens e entre os homens e a natureza) hegemônicas. Essas práticas e relação são historicamente situadas no interior de um modo de produção e de um modelo de sociedade (capitalistas), e nesses termos não faz sentido pensar numa relação com o meio-ambiente ou a natureza que não seja uma relação social.

Os discursos do MAB, da Via Campesina, da CLOC

Apresentaremos, nessa seção, uma breve análise comparativa dos discursos do MAB e de dois outros movimentos sociais, a Via Campesina e a Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). Tanto a Via Campesina quanto a CLOC são organizações internacionais constituídas pela associação de movimentos de camponeses, pequenos produtores rurais, trabalhadores do campo e grupos indígenas⁹, tendo sido formadas na primeira metade dos anos 90. A ação de ambas se pauta pela defesa das formas de vida dos pequenos produtores, do desenvolvimento de uma agricultura sustentável, da soberania alimentar e pela luta por justiça social e relações econômicas e sociais mais igualitárias. Para tanto, buscam a articulação internacional e a luta conjunta entre movimentos de diferentes países. A CLOC reúne 27 movimentos e organizações sociais de 15 países latino-americanos. Já a Via Campesina reúne 87 movimentos de todo o mundo: 4 da África, 17 da América Central, 9 da América do Norte, 19 da América do Sul, 16 da Ásia e 22 da Europa. A escolha dessas duas

organizações para essa análise comparativa se deve à importância que possuem nos dias de hoje como movimentos de resistência ao neoliberalismo, em especial se consideramos a sua organização enquanto movimentos cuja escala de ação se pretende global; assim como ao fato do MAB ser um movimento integrante de ambas.

No interior da perspectiva teórica que utilizamos para considerar os fenômenos discursivos, faz-se necessário considerar os discursos a partir do que Bakhtin (1992, 1998) chama de *dialogismo*. O dialogismo diz respeito às relações estabelecidas *entre* os mais diversos discursos, entre o “diálogo” que se estabelece entre eles. Como havíamos afirmado anteriormente, a expressão mais evidente desse diálogo se manifesta no próprio processo de constituição de um discurso, que sempre incorpora *a palavra do outro*, ou seja, elementos tomados de outros discursos e que são apropriados e tornados “próprios”. Mais do que buscar as origens desses elementos (tentando identificar por um lado o discurso do qual eles se originam e, do outro, um discurso para o qual eles se destinam, tarefa frequentemente inviável na prática), o que nos interessa aqui é buscar descobrir se existe um *campo dialógico* comum entre esses movimentos. Ou seja, tentamos identificar proximidades e convergências no que diz respeito aos objetos de que o discurso trata, aos sujeitos discursivos (o “nós” do discurso), aos “princípios de visão e divisão do mundo social” (Bourdieu 1999) que estruturam esses discursos. É nesse sentido que apresentamos, mais à frente, os quadros comparativos entre os discursos do MAB, da Via Campesina e da CLOC; e também que buscamos tentar apreender as formas como a questão específica de que trata o MAB, ou seja, aquela referente às barragens, é trabalhada pelos discursos da CLOC e da Via Campesina.

Os sujeitos discursivos assinalam aqueles grupos em nome dos quais se formulam os enunciados. Eles sinalizam, dessa forma, um conjunto de auto-identificações caracterizadoras da visão que os movimentos têm de si próprios, ou dos grupos sociais que representam. No que diz respeito ao discurso do MAB, diz-se então, por exemplo que “Nós, os oprimidos, temos que lutar contra as classes dominantes”.

Quadro 1: o “nós” do discurso

MAB	CLOC	VC
os oprimidos	a resistência indígena, negra e popular	os povos a serviço da humanidade
os trabalhadores brasileiros da roça e da cidade	os pequenos e médios produtores	os movimentos sociais
os agricultores	as organizações sociais	as organizações sociais
os trabalhadores de baixa renda	o poder popular inclusivo e democrático	os pequenos e médios fazendeiros, trabalhadores rurais, povos indígenas, afro-descendentes
a classe oprimida	as organizações camponesas	as organizações camponesas
a classe trabalhadora	os que propõem um projeto alternativo ao Neoliberalismo	os homens, mulheres e jovens camponeses
os pequenos agricultores		os agricultores camponeses
os movimentos populares		as famílias camponesas
os excluídos		
os que tem um Projeto Popular para o Brasil		

É importante destacar que, nos termos de Bourdieu (1981), esses grupos designados pelo “nós” do discurso não são *grupos objetivamente constituídos*. Eles apresentam uma maior ou menor “potencialidade objetiva de unidade”, são grupos ou classes “no papel” (Bourdieu 1998c). De acordo com o vocabulário marxista, são grupos “em si”, não “para si”. Mas ainda assim são dignos de interesse, na medida em que permitem perceber: a) representação que os próprios grupos dão de sua diversidade interna (no caso da Via Campesina, por exemplo, quando esse movimento é descrito como composto de “pequenos e médios fazendeiros, trabalhadores rurais, povos indígenas”); b) a representação dos movimentos como pertencentes a uma unidade de nível mais alto (no caso do MAB, por exemplo, quando o “nós” de seu discurso designa “a classe trabalhadora”).

No que diz respeito à questão da diversidade interna, a análise comparativa lança luz sobre uma questão de significativo interesse no que diz respeito ao MAB: ao contrário do que ocorre nos casos da Via Campesina e na CLOC, não encontramos nos documentos pesquisados nenhuma referência a um “nós” que designasse os grupos sociais heterogêneos e diversos que compõem esse movimento. Não se constrói esse “nós” como um conjunto de forças plurais, composto por tribos indígenas, descendentes de quilombolas¹¹, grupos regionais ou locais, mulheres ou jovens. Esse aspecto parece reforçar as constatações¹² referentes ao caráter problemático e tenso da questão da diversidade no interior do MAB. A desconsideração dessa diversidade parece relacionar-se a conflitos internos desse movimento e à nítida hegemonia que nele exercem aqueles grupos oriundos do Sul do país. Dessa forma, a identidade de atingido constituída e reproduzida pelo MAB, tende a privilegiar aqueles aspectos referentes às lutas de uma determinada região, em detrimento das particularidades e vicissitudes experimentadas por outros grupos.

Um outro quadro diz respeito ao embate travado contra o neoliberalismo. São identificados, assim, aqueles que pertencem ao “outro lado”, os *inimigos*.

Quadro 2: os representantes do neoliberalismo

MAB	CLOC	VC
a elite e a burguesia	o Banco Mundial	o Banco Mundial
o agronegócio	o FMI	o FMI
o governos Collor	a Organização Mundial do Comércio	a Organização Mundial de Comércio
o FMI	o G-8	as companhias transnacionais
os países ricos	o imperialismo norte-americano	os governos que defendem o interesse das multinacionais, ou a elas são submissos
o governo FHC em associação com as grandes empresas	o capital internacional	o capital financeiro internacional
as transnacionais	os Tratados de Livre Comércio	FAO (Organização para a Agricultura e Alimentação – ONU)
os poderosos	as empresas produtoras de alimentos transgênicos	a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento)
as gigantes multinacionais da água (grupos Vivendi e Suez Lyonnaise)	a agricultura capitalista	o agrobusiness

as grandes empresas que dominam o setor elétrico (CITICORP, AES, ALCOA, Vale do Rio Doce, TRACTBEL-SUEZ, ALCAN, ENDESA, BHP BILLITON, Enron, AES, Duzke)		
--	--	--

A comparação entre os três movimentos mostra uma significativa coincidência na identificação dos “inimigos”. No caso do MAB, há que se destacar a inclusão daqueles setores do capital (produção de água, setor elétrico) que estão mais diretamente ligados à problemática específica do movimento. Evidencia-se aí, mais uma vez, a identificação, no interior do discurso do MAB, entre capitalismo e neoliberalismo. Aí, a designação desses setores do capital como “neoliberais” tem o sentido de enfatizar a virulência e violência de suas ações, reforçando a polaridade existente entre esse movimento e aqueles que identifica como o inimigo. O adjetivo “neoliberal” funciona como uma categoria de acusação, evidenciando o opróbrio daqueles a quem se destina. Nesse sentido, esses setores parecem desempenhar um papel distinto do que têm, para a CLOC e a Via Campesina, o “capital internacional” e as “companhias transnacionais”.

A referência ao “agronegócio”, à “agricultura capitalista” e ao “agribusiness” nos discursos do MAB, da CLOC e da Via Campesina, sinaliza um esquema classificatório que se encontra presente nos três discursos, e que se relaciona aos formatos possíveis da agricultura. À *agricultura camponesa*, modelo defendido pelos três movimentos, se contrapõe a *agricultura capitalista* (ou “agronegócio” ou “agribusiness”), entendida como pertencente “ao outro lado”. Encontramos aí, sem dúvida, um *campo dialógico* comum. A constituição desse esquema classificatório, nos três movimentos, se dá a partir da oposição entre os seguintes conjuntos de categorias:

agricultura capitalista	agricultura camponesa
empresa como unidade básica de produção	família como unidade básica de produção
grandes unidades de produção	pequenas e médias unidades de produção
economia neoliberal de mercado	autogestão
biotecnologia	saber camponês tradicional
patentes sobre a vida	preservação de recursos genéticos
produção de organismos geneticamente modificados	defesa da biodiversidade
pobreza e fome	soberania alimentar

Por fim, um último quadro apresenta aqueles que são identificados, por cada um desses movimentos, como aliados efetivos ou potenciais na luta contra o neoliberalismo:

Quadro 3: os aliados

MAB	CLOC	VC
luta da juventude, sindical e ecológica	os povos do Haiti, Panamá e Chiapas	Os governos que defendem os interesses dos que os elegeram
organizações populares urbanas	a República de Cuba	Organizações que participaram dos protestos de Seattle em 1999
trabalhadores do campo e da cidade, do Brasil e do exterior	Movimentos contra os alimentos transgênicos	Organizações que participaram dos protestos de Cancún em 2003

Via Campesina	Movimentos Indígenas	
luta contra qualquer forma de exploração, opressão e discriminação	Movimentos Negros	
a grande maioria do povo	Movimentos de Jovens	
outros movimentos rurais brasileiros (MST, MMTR, MPPA)		
CPT		
Consulta Popular		

Chama a atenção a ausência de maiores referências à Via Campesina e à CLOC nos documentos do MAB pesquisados. Somente em MAB (2002b) a Via Campesina é mencionada, e muito brevemente. Não encontramos nenhuma referência à CLOC. Há freqüentes menções, no entanto, à necessidade da “solidariedade” com os “trabalhadores do Brasil e do exterior” (MAB 2002a; MAB 2002b; MAB 2002d). Tal ausência de referências concretas à CLOC e à Via Campesina pode parecer intrigante, uma vez que o movimento lista, entre os seus principais desafios, a “articulação nacional e internacional” (MAB 2002b). É preciso considerar, porém, que a articulação internacional de que fala esse movimento se encontra relacionada, principalmente, a outros movimentos de atingidos por barragens, assim como a ONGs estrangeiras que trabalham diretamente com essa questão. No que diz respeito a essas últimas, é preciso destacar sua importância, já que são elas as principais financiadoras do movimento (Vainer 2003). No que diz respeito à articulação internacional, o discurso do MAB tende então, por vezes, a dissociar a questão das barragens da questão da luta contra o neoliberalismo, o que – curiosamente – não ocorre em outros lugares. Os aliados na luta contra o neoliberalismo apresentados nesse discurso são, dessa forma, em sua quase totalidade grupos nacionais, sejam eles as organizações populares urbanas, a luta sindical, ecológica ou da juventude.

Apesar de não mencionarem concretamente um número significativo de grupos e agentes sociais, os documentos da CLOC e da Via Campesina enfatizam o grande número e a diversidade dos movimentos que lutam contra o neoliberalismo, assim como a necessidade de sua articulação e ação conjunta: “We must link all the struggles and movements from the global to the local, and create new forms of alliances that allow us to demand once again the respect and protection of our rights and our cultures [contra a ameaça do neoliberalismo]” (Via Campesina 2004d); “El III Congreso de la CLOC se pronuncia por impulsar un proyecto alternativo con participación ativa de todas las organizaciones sociales, medio rural y urbano en las que se incluyan la gran diversidad de actores que han resistido al neoliberalismo” (CLOC 2001).

No que diz respeito à forma como a questão específica do MAB é considerada pela CLOC e pela Via Campesina, assinalamos que nos documentos pesquisados não existe uma única referência à problemática das barragens. Tal constatação não deixa de ser surpreendente, se considerarmos o impacto negativos dessas últimas sobre os grupos camponeses, não só no Brasil como em diversos outros países do mundo. Apenas na América Latina existem planos para a construção de 70 barragens apenas no estado de Chiapas, no México; de aproximadamente 400 no Brasil, 100 na Costa Rica, 13 na Nicarágua e 10 no Chile. O Plan Puebla Panamá (PPP) e o Sistema de Interconexión Eléctrica para países de América Central (SIEPAC) prevêm a construção de nada menos

que 340 represas nessa região, afetando 170 rios. A articulação internacional de movimentos contra as barragens vem se consolidando gradualmente, desde o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, realizado em São Paulo em 1997. Na América Latina, desde o ano de 2000 a Rede Latino-americana contra as Represas e pelos Rios promove reuniões, reunindo movimentos da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Panamá e Uruguai. Citamos apenas alguns exemplos para mostrar como de fato existe uma resistência contra as barragens articulada internacionalmente, sem que essa questão, no entanto, seja objeto de maiores considerações pela Via Campesina e pela CLOC, ao menos se consideramos os documentos analisados (que são, de qualquer forma, declarações e boletins produzidos como síntese das conferências internacionais desses últimos movimentos).

Tal ausência é ainda mais significativa se consideramos que, nessas declarações e boletins, há referências expressas a questões mais gerais cujas implicações em muito se aproximam da problemática das barragens. Assim, na Declaração Final do IV Encontro da Via Campesina, há a menção ao aumento dramático no “number of forced migrations” resultante de “war, misery, the concentration of land ownership and the destruction of peasant families” (Via Campesina 2004a), mas não da expropriação resultante da construção de grandes barragens. Esse mesmo documento faz referência à luta contra “the privatisation (...) of water”. E tanto a Via Campesina (Via Campesina 2004b, 2004c) quanto a CLOC (CLOC 1994, 1997, 2001) mencionam, dentre as principais linhas de luta contra o neoliberalismo, a necessidade de se criar novas relações com o meio-ambiente que assegurem a preservação dos recursos naturais.

Conclusão

O que apresentamos nesse trabalho nos permite chegar a algumas conclusões a respeito de algumas questões relativas ao neoliberalismo e aos movimentos que buscam a ele se opor. O discurso do MAB, no que diz respeito a esses aspectos, evidencia as múltiplas possibilidades da construção discursiva crítica ao neoliberalismo. Em especial, porque esse discurso se constrói a partir de um ponto de vista específico, aquele referente aos pequenos agricultores e camponeses atingidos por barragens. Nesse sentido, há que se destacar a apropriação (pensada aqui como a transformação da “palavra alheia” em “palavra própria”) do discurso ecológico empreendida pelos atingidos. Enfatizamos que o sentido crítico a que se presta esse último discurso (e a despeito das contradições com que se faz presente no discurso do MAB) deve ser explicado pela *forma* em que se processa a sua apropriação e utilização pelo MAB, e não por características intrínsecas a ele. De fato, esse mesmo discurso ecológico tem servido, por vezes, para a defesa de posições políticas conservadoras.

Assim, há que se destacar a experiência dos atingidos por barragens pelo que tem a contribuir para a denúncia dos impactos do neoliberalismo no que diz respeito à relação entre os homens e a natureza. Promove-se, assim, uma *politização* da questão ambiental que vai na contramão dos discursos hegemônicos. Não se pensa, assim, na “humanidade” enquanto grupo indiferenciado, ameaçando a vida no planeta com suas práticas predatórias. A ênfase da crítica recai sim sobre determinados tipos de práticas, vinculadas a determinados projetos políticos, como responsáveis por uma situação que ameaça não só a “natureza” mas também, e principalmente, determinados grupos sociais,

naturalmente aqueles menos favorecidos. É no interior desse contexto que são colocadas as questões da privatização dos recursos naturais, da busca por novas formas de produção de energia (e também de uma política energética que contemple a participação democrática dos diversos grupos sociais) e da oposição entre práticas “que buscam o lucro” e práticas “que defendem a vida”. A defesa da biodiversidade, a busca pela preservação dos recursos genéticos, a crítica à biotecnologia, aos alimentos transgênicos e às patentes sobre a vida, questões também colocadas por movimentos como a CLOC e a Via Campesina, recebem especial ênfase no interior do discurso dos atingidos. É irônico constatar que a posição de destaque ocupada pelos atingidos tem sua origem nas próprias dificuldades referentes à situação em que se encontram diante das barragens.

No que se refere à forma em que se constituem enquanto sujeitos políticos, os atingidos constroem sua identidade tendo como eixos primordiais as matrizes de *classe* e *nação*. Como também no caso da Via Campesina e da CLOC, a importância da matriz de classe só vem comprovar a falácia daqueles que, após a derrocada do bloco soviético, insistem em proclamar o fim das lutas dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade. A matriz identitária da nação coloca questões mais complexas. Se, por um lado, os atingidos representam a si próprios como “trabalhadores *brasileiros*” e têm como principais aliados movimentos nacionais, isso não quer dizer que, por outro, a nação se coloque como a única ou mais importante escala de ação política. O “modelo federativo” (Vainer 2003) de organização do MAB comprova isso, na medida em que enfatiza a importância da luta nas escalas *locais* e *regionais*. E a articulação com a CLOC e a Via Campesina, assim como movimentos de barragens de todo o mundo, coloca também a extrema relevância da escala *internacional* ou *global*. O valor da luta “trans-escalar” e da articulação entre essas diversas escalas fica mais patente se consideramos (como o MAB considera) que é também nas mais diversas escalas que se faz presente a ação das forças neoliberais. A globalização, nesse sentido, é não apenas do capital, mas da resistência e das formas de luta contra ele.

Ao término desse artigo, me parece necessária a referência a uma série de questões vinculadas à problemática aqui considerada e que, a partir dessa problemática, podem ser futuramente trabalhadas. Em primeiro lugar, parece-nos necessário enfatizar a importância desse aspecto que acabamos de mencionar, relativo à questão das escalas de luta, através de estudos que busquem analisar a forma como se processa a atuação entre as diferentes escalas dos mais diversos movimentos de resistência ao neoliberalismo, e não apenas o MAB.

Em segundo lugar, no que diz respeito ao discurso do MAB, é preciso considerar a questão da sua apropriação pelos militantes do MAB, pela “base” desse movimento. As formulações aqui apresentadas correspondem às posições políticas do movimento *enquanto sujeito coletivo*, na forma em que se encontram presentes nas falas dos dirigentes, nos documentos e panfletos e no material pedagógico utilizado em cursos de formação. Porém, esse discurso é destinado também ao “homem comum”, ao camponês e ao agricultor que, diante das barragens e através da mediação do movimento, internaliza a identidade de atingido. Como esse atingido se relaciona com esse discurso, como o apreende, de que forma se apropria dessas palavras? Qual o significado, para ele, de termos – com frequência tão estranhos ao seu vocabulário – como “neoliberalismo”? De que forma essa questão que lhe é apresentada pelo discurso do MAB se faz presente em sua visão do mundo, em suas vivências concretas, em suas falas cotidianas?

Em segundo lugar, me parece que o esforço no sentido de comparar as construções discursivas realizadas por diferentes movimentos sociais deve ter continuidade. Não apenas no sentido de um aprofundamento da análise comparativa aqui apenas esboçada entre os discursos do MAB, da CLOC e da Via Campesina. Mas também no sentido de interrogar diferentes sujeitos sociais a respeito de suas experiências particulares, e do papel que a luta contra o neoliberalismo aí desempenha. Se no caso aqui estudado essa luta se vincula a temas específicos (como por exemplo a questão da água), para outros movimentos outras questões podem emergir. O movimento de resistência ao neoliberalismo como um todo só tem a ganhar na medida em que contemple a pluralidade referente às mais diversas questões, ao mesmo tempo em que identifica o que há de comum em todas essas lutas. Mais uma vez, vem à tona a questão do *diálogo*. Travar contato com a experiência de outros movimentos possibilita, nesse sentido, um aprofundamento da compreensão do inimigo, na medida em que se reconhece os mais diversos âmbitos da vida social em que ele se faz presente, com suas estratégias diferenciadas. É dessa forma também que a solidariedade perante as questões do outro constitui um ponto de partida para a unificação das lutas.

Bibliografia

Anderson, Perry 1995 “Balanço do neoliberalismo” em Sader, E. e Gentili, P. (comp.) *Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Araújo, Frederico Guilherme Bandeira 1991 “Modernização e conflito no Brasil contemporâneo” em *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR* (Porto Alegre), Vol. 1.

Bakhtin, Mikhail 1988 “O Discurso no Romance” em Bakhtin, M. *Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance* (São Paulo: Editora da UNESP/Hucitec).

Bakhtin, Mikhail 1992 “Os gêneros do discurso” em Bakhtin, M. *Estética da Criação Verbal* (São Paulo: Martins Fontes).

Bourdieu, Pierre 1981 “Décrire et prescrire. Notes sur les conditions de possibilité et des limites de l’efficacité politique”, em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (Paris), N^o 3.

Bourdieu, Pierre 1994 “Esboço de uma teoria da prática” em Bourdieu, P. *Pierre Bourdieu: Sociologia* (São Paulo: Editora Ática).

Bourdieu, Pierre 1998a *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

Bourdieu, Pierre 1998b “Espaço social e gênese das classes” em Bourdieu, P. *Poder Simbólico* (São Paulo: Bertrand Brasil).

Bourdieu, Pierre 1998c “A identidade e a representação – elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região” em Bourdieu, P. *O Poder Simbólico* (São Paulo: Bertrand Brasil).

Bourdieu, Pierre 1998d “Sobre o poder simbólico” em Bourdieu, P. *Poder Simbólico* (São Paulo: Bertrand Brasil).

Bourdieu, Pierre 1999 *A dominação masculina* (Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil).

Cockburn, Alexander e Clair, Jeffrey St. 2001 “El nuevo movimiento. Por qué estamos peleando” em Seoane, José e Taddei, Emilio (comp.) *Resistencias Mundiales. De Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires: CLACSO)

- Fiori, José Luís 1998 *Os Moedeiros Falsos* (Petrópolis: Editora Vozes).
- Fiori, José Luís 2001 *Brasil no Espaço* (Petrópolis: Editora Vozes).
- Foucault, Michel 1986 *Arqueologia do Saber* (Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária).
- Magalhães, Sônia Barbosa 1998 “Exemplo Tucuruí – Uma política de relocação em contexto” em *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas* (São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo).
- Moraes, Maria Estela 1994 *No Rastro das Águas: Pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990* Tese de Doutorado (Rio de Janeiro: Departamento de Educação – PUC/RJ).
- Seoane, José e Taddei, Emilio 2001 “De Seattle a Porto Alegre. Pasado, presente y futuro del movimiento anti-mundialización neoliberal” em Seoane, José e Taddei, Emilio (comp.) *Resistencias Mundiales. De Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires: CLACSO)
- Sigaud, Lygia 1986 “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho” *Mimeo* (Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional)
- Sigaud, Lygia; Martins-Costa, Ana Luiza e Daou, Ana Maria 1987. “Expropriação do Campesinato e concentração de Terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado” em *Ciências Sociais Hoje* (São Paulo: Vértice/Anpocs).
- Soares, Laura Tavares 2000 *Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina* (São Paulo: Cortez).
- Torres, Carlos Alberto 1997 “Estado, privatização e política educacional. Elementos para uma crítica do neoliberalismo” em Gentili, Pablo (comp.) *Pedagogia da Exclusão. Crítica ao Neoliberalismo em Educação* (Petrópolis: Editora Vozes).
- Vainer, Carlos 2003 “Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil” em Acselrad, H.; Herculano e S. Pádua, J.A. (comp.) *Justiça Ambiental e Cidadania* (Rio de Janeiro: Relume Dumará).
- Viera, Flávia Braga 2003 *Do confronto nos vales aos Fóruns Globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens* Tese de Mestrado. (Rio de Janeiro: IFCS).

Documentos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB):

- Movimento dos Atingidos por Barragens. 2000a “Por um Brasil popular com a participação dos atingidos pelas barragens”. (Panfleto)
- Movimento dos Atingidos por Barragens. 2000b “Somente o povo é capaz de mudar a realidade”. (Panfleto)
- Movimento dos Atingidos por Barragens. 2000c “Povo organizado, crédito conquistado”. (Panfleto)
- Movimento dos Atingidos por Barragens. 2001 “A crise do modelo energético”. Cadernos do MAB, N° 6.
- Movimento dos Atingidos por Barragens. 2002a “Certezas e Desafios do Movimento dos Atingidos por Barragens” (Material pedagógico do Curso de Formação de Militantes, Palmitos – Santa Catarina)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2002b “MAB: uma história de lutas, desafios e conquistas”. Cadernos do MAB, N° 7.

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2002c “Água: sem ela não há vida” (Material pedagógico do Curso de Formação de Militantes, Correntina - Bahia)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2002d “Organicidade. Trabalho com os dirigentes do MAB” (Material pedagógico do Curso de Formação de Militantes, Correntina - Bahia)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2004a “Jornal do MAB. Edição especial” en < <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes> > (acessado em agosto de 2005)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2004b “Ditadura contra as populações atingidas por barragens”. Cadernos do MAB, N° 8.

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2005a “Cartilha do 14 de março: dia mundial de luta contra as barragens” en < <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes> > (acessado em agosto de 2005)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2005b “Cartilha sobre o aumento de preços da energia elétrica” en < <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes> > (acessado em agosto de 2005)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2005c “Folder do MAB” en < <http://www.mabnacional.org.br/publicacoes> > (acessado em agosto de 2005)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2005d “Eletronorte não cumpre acordo e MAB ocupa Tucuruí novamente” en < http://www.mabnacional.org.br/noticias/150405_tucurui.htm > (acessado em maio de 2005)

Movimento dos Atingidos por Barragens. 2005e “Privatização do setor elétrico” en < <http://www.mabnacional.org.br/privatiza.htm> > (acessado em agosto de 2005).

Documentos da Via Campesina e da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC):

CLOC 1994 “Declaração Final do I Congresso da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo” (Lima).

CLOC 1997 “Declaração Final do II Congresso da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo” (Brasília).

CLOC 2001 “Declaração Final do III Congresso da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo” (Cidade do México).

Via Campesina 2004a “Declaração Final da IV Conferência Internacional da Via Camponesa” (Itaici).

Via Campesina 2004b “Via Campesina opens IV International Conference”, 1º Boletim da IV Conferência Internacional da Via Campesina (Itaici).

Via Campesina 2004c “The domination of capital over agriculture”, 4º Boletim da IV Conferência Internacional da Via Campesina (Itaici).

Via Campesina 2004d “Radical opposition to neoliberalism”, 5º Boletim da IV Conferência Internacional da Via Campesina (Itaici).

Notas

* Bacharel em economia (FaCE/UFMG), mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e bolsista do Programa de Becas CLACSO

1 Até a privatização, a Eletrobrás, empresa estatal responsável pela produção de energia elétrica, tinha sua atuação segmentada pela existência de quatro empresas subsidiárias: Eletronorte, Eletrosul, CHESF e Furnas.

2 Como afirma Anderson (1995, p.17), “a hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores”. Um exemplo flagrante e atual dessa constatação são as políticas adotadas pelo governo Lula no Brasil.

3 Ainda está para ser plenamente avaliada a relação entre o recrudescimento de ideologias político-econômicas de cunho conservador (onde se destacam as representações do indivíduo egoísta e racional subjacentes ao ponto de vista liberal) e a popularidade crescente das teorias sociais e psicológicas da sociobiologia. Essas últimas, manifestas nos dias de hoje em “novas” ciências como a psicologia evolutiva, apresentam um grau de sofisticação que em nada lembra as teorias abertamente racistas e sexistas da sociobiologia vulgar dos anos 60 e 70, e talvez por isso têm encontrado uma surpreendente aceitação até mesmo entre aqueles que adotam posturas políticas progressistas ou de esquerda.

4 A indicação bibliográfica Anderson (1995) corresponde à fala desse autor no colóquio, posteriormente transformada no capítulo de abertura do livro “Balanço do Neoliberalismo”.

5 Como os documentos utilizados aqui dizem respeito, em sua grande maioria, a panfletos de poucas páginas, eles não se encontram numerados. A omissão das páginas na citação de documentos do Movimento dos Atingidos por Barragens se deve a isso.

6 É a própria antinomia existente aí entre o “estatal” e o “público” que sinaliza a compreensão que o movimento tem do sentido político das ações que, historicamente, tem sido realizadas pelo Estado. A própria história de luta contra as barragens parece fornecer elementos que permitam entender a força e o sentido dessa antinomia entre os atingidos. Afinal de contas, é durante a ditadura militar que tem início o *boom* de construção de usinas hidrelétricas. E acima de tudo, há que se destacar que, até o momento em que tem início a privatização do setor elétrico, as ações do movimento eram orientadas, sobretudo, contra o Estado, entendido como o *executor* de políticas que interessavam os grupos sociais dominantes, “capitalistas”.

7 A qualificação atribuída aí a Fernando Henrique Cardoso parece indicar, para o movimento, o caráter subordinado daquele que ocupa a presidência, assim como a força daqueles que efetivamente “governam” por detrás dele: se um se revela corrupto e é forçado a sair (Collor), não há necessidade de grandes traumas ou rupturas no projeto de transformação do Estado e do país. Através do próprio jogo democrático é possível restabelecer o controle através do surgimento de um “substituto”.

8 O quadro A1, incluído no anexo metodológico, apresenta os pares de categorias que permitiram inferir a existência dessa relação de simetria estabelecida entre as questões referentes a cada um desses campos de questões.

9 A listagem dos movimentos que fazem parte de ambas as organizações se encontra presente no anexo metodológico.

10 Durante o Fórum Social Mundial de 2002, o dia 22 de março foi escolhido como Dia Internacional para a Luta contra a Privatização das Águas.

11 Quilombolas eram os escravos fugitivos que se refugiavam nos *quilombos*, formando comunidades autônomas cuja população era, em sua imensa maioria, composta por

negros. Ainda hoje existem comunidades formadas por descendentes desses quilombolas, e em diversas partes do Brasil (no Vale do Ribeira, em São Paulo; nos Vale do Jequitinhonha e do Rio Doce, em Minas Gerais) essas comunidades foram ou estão sendo ameaçadas pela construção de barragens.

12 Tratam-se, aqui, de constatações que tem sua origem na minha experiência anterior de trabalho junto ao MAB, e que foi reforçada pelas opiniões de outros pesquisadores e por conversas – sempre informais – com atingidos da região Nordeste. Na literatura sobre o movimento não existe qualquer referência (por razões políticas?) a essa questão.